ARTIGO 2º, I DA LEI DE FALÊNCIAS: CONFLITO ENTRE OS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E DA CONTINUIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO ¹

Francinaldo Santos Carvalho²

Vittorio Almada Lima³

Prof. Humberto Oliveira⁴

Sumário:1 Introdução; 2 Análise do conflito decorrente do artigo 2º, I, da lei de falências, entre os princípios da isonomia e o da continuidade do serviço público; 3 Conceitos, natureza jurídica e princípios que regem as empresas públicas e de economia mista; 4 Instituto da recuperação judicial frente à lei de falências; 5 Aspectos da aplicação da recuperação judicial às empresas públicas e de economia mista; 5.1 A (in)constitucionalidade do art. 2º, inciso i, da lei nº 11.101/05; 6 considerações finais; Referências.

RESUMO

O presente trabalho visa tratar acerca da análise do conflito decorrente do artigo 2º, I da lei de falências, entre os princípios da isonomia e o da continuidade do serviço público, de modo a abordar a aplicação deste artigo às empresas públicas e de sociedade mista. Também pretendemos abordar os conceitos de empresa pública, sendo esta considerada como a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivo da União, criada por lei para a exploração de atividade econômica, enquanto a sociedade de economia mista são sociedades por ações, adequadas para atividades empresariais, sendo as ações distribuídas entre o Governo e particulares, com o visível objetivo de reforçar o empreendimento a que se propõem. Pretendemos também explanar acerca da constitucionalidade ou não do artigo 2º, inciso I da lei de falências considerando as divergências e sua aplicação.

Palavras-chave: Lei de falências. Empresa Pública. Sociedade de economia mista.

1 INTRODUÇÃO

As empresas possuem uma função social na qual consiste no dever de os empresários adequarem as atividades das empresas de acordo com o interesse da sociedade, para isto devem seguir determinados deveres que podem ou não serem impostos pela lei. De acordo com esta função social, tem-se a possibilidade de permitir que as empresas não interrompam suas atividades econômicas.

¹ Paper apresentado à disciplina de Recuperação de Empresas do curso de Direito da Unidade de Ensino Superior Dom Bosco – UNDB

² Aluno do curso de Direito, 6º período/ vespertino.

³ Aluna do curso de Direito, 6º período/vespertino.

⁴ Prof. Esp. Orientador

Neste sentido, o presente trabalho divide-se em cinco capítulos, no qual o primeiro visa demonstrar sem esgotar o estudo do tema abordado, que há uma divergência acerca dos princípios da isonomia e da continuidade do serviço público, uma vez que o artigo 2º, I da Lei de falências trata as empresas públicas e sociedade de economia mista de forma diferente das outras visando continuar sua função social.

O segundo capítulo tratará sobre os conceitos, natureza jurídica e princípios que regem as empresas públicas e de economia mista, sendo estas definições essenciais para a melhor explanação das ideias, visto que torna-se importante uma noção inicial acerca dos temas tratados. Deste modo pretendemos brevemente explicar que a empresa pública, ao possuir caráter apenas prestacional, sendo este no tocante a serviços públicos ou desenvolvimento de atividades econômicas propriamente ditas., enquanto as sociedades de economia mista ao mesmo exemplo desta são pessoas também privadas, conduzem-se na vida econômica com maior versatilidade.

No terceiro capítulo é exposto instituto da recuperação judicial frente à lei de falências, no qual abordaremos acerca do conceito de crises econômicas, considerando que os mecanismos judiciais vieram para solucionar as várias situações de crise de uma empresa, levando sempre em consideração a importância dessa empresa para que a mesma continue desempenhando o seu papel de gerar renda e gerar emprego.

Por fim, no quinto capítulo trataremos sobre os aspectos da aplicação da recuperação judicial às empresas públicas e de economia mista e sobre a (in)constitucionalidade do art. 2º, inciso i, da lei nº 11.101/05. Pretendendo demonstrar que o art. 2º, inciso I, da Lei nº 11.101/05, exclui as empresas públicas e sociedades de economia mista do regime falimentar, neste sentido alguns autores alegam que esse artigo é inconstitucional e que o instituto de falência é aplicável às empresas públicas baseado na natureza jurídica de tal ente, como se tratará no presente trabalho.

2 ANÁLISE DO CONFLITO DECORRENTE DO ARTIGO 2º, I DA LEI DE FALÊNCIAS, ENTRE OS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E O DA CONTINUIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO

A partir do entendimento acerca do princípio da isonomia e do princípio da continuidade do serviço público, o presente artigo visa fazer uma análise da aplicação destes princípios no tocante a incidência de ambos na falência de empresa pública e sociedade de

economia mista, abordando a impossibilidade de aplicação da lei 11.101/2005 a estas empresas e apresentando divergências acerca do tema proposto.

Os princípios são considerados regras prescritivas que não se limitam a escrever algo, sendo considerados pontos de partida. Quando existe possibilidade de aplicabilidade de duas ou mais destas normas, e esta aplicabilidade se torna incompatível no caso concreto, falamos em colisão de princípios que por sua vez pode ser solucionada por meio de sopesamento. (ALEXY, 2002).

Quanto ao princípio da isonomia, salientamos que este é uma norma de direito fundamental que define que todos devem ser tratados com igualdade, desta forma o legislador não pode editar normas que violem os preceitos definidos por este princípio, pois caso aconteça poderá ser considerado inconstitucional. No tocante ao artigo 2º, inciso I da lei de Falências, é possível mencionar o tratamento diferente dado às empresas públicas e sociedade de economia mista frente às empresas privadas, pelo fato de que o artigo veta a aplicabilidade da lei àquelas empresas. Este é um dos principais motivos para se alegar a inconstitucionalidade do artigo, pois fere diretamente um princípio constitucional.

Em sentido contrário, temos o princípio da continuidade dos serviços públicos, no qual por meio deste torna-se possível justificar o tratamento diferenciado dado às empresas em análise. Os serviços públicos prestados implicam numa ideia de interesse coletivo, visando atender as necessidades da população por meio de suas atividades, sejam elas econômicas ou não, deste modo podemos considerar inviável que se interrompa esta prestação, entendendo que o objetivo da Lei de falências, ao excluir as empresas públicas e sociedade de economia mista de sua aplicabilidade, seria principalmente o de continuar os serviços públicos, pois estes são de interesse coletivo. Consequente afirmamos que é de responsabilidade do Governo que se mantenha a continuidade dos serviços públicos. (AMARAL, 2002).

3 CONCEITOS, NATUREZA JURÍDICA E PRINCÍPIOS QUE REGEM AS EMPRESAS PÚBLICAS E DE ECONOMIA MISTA

A empresa pública é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivo da União, criada por lei para a exploração de atividade econômica que o Governo seja levado a exercer por força de contingência ou conveniência administrativa, podendo revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito.

JUSTEN FILHO (2013, p. 258) conceitua a empresa pública como “uma pessoa jurídica de direito privado, dotada de forma societária, cujo capital é de titularidade de uma ou mais pessoas de direito público e cujo objetivo social é a exploração de atividade econômica ou a prestação de serviço público ou de serviços de apoio ao próprio Estado”. O autor também reforça a ideia de que ainda que o titular da empresa sejam pessoas públicas, esta será dotada de personalidade de direito privado, afastando algumas características do direito público, tendo deste modo uma maior autonomia. Outro aspecto relevante se dá na atuação da empresa pública, ao possuir caráter apenas prestacional, sendo este no tocante a serviços públicos ou desenvolvimento de atividades econômicas propriamente ditas.

Há um controle na criação das empresas públicas, sendo necessária a dependência de uma autorização legislativa, além disso, também torna-se necessário que se cumpra formalidades que são previstas no direito privado. Conforma a atividade que desempenham se define o regime jurídico ao qual a empresa se subordinará, como determina o artigo 175 da Carta Magna, afirmando que “incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos”. De outro modo temos o artigo 173, §1º que afirma que quando o Estado exercer atividades econômicas no aspecto privado será regido pelo regime destas empresas, para que deste modo se evite privilégios. Contudo este artigo não se aplica a empresas públicas, sociedade de economia mista e entidades que prestam serviços públicos, pois há uma clara diferença entre empresas estatais que prestam serviço público e empresas estatais que empreendem atividade econômica em sentido estrito, expresso na Ação Declaratória de Inconstitucionalidade 1642, pelo Relator Ministro Eros Roberto Grau (2008).

Adentrando no conceito de sociedade de economia mista, temos que estas são “sociedades por ações, adequadas para atividades empresariais, sendo as ações distribuídas entre o Governo e particulares, com o visível objetivo de reforçar o empreendimento a que se propõem. Sendo pessoas também privadas, conduzem-se na vida econômica com maior versatilidade, a exemplo do que ocorre com as empresas públicas.” (CARVALHO FILHO, 2010, p. 536).

As sociedades de economia mista são, portanto, empresas estabelecidas sob a forma de sociedades anônimas, o vínculo societário destas não se configura como uma relação subjetiva de confiança entre os sócios, podendo então ser negociadas sem a concordância de todos os sócios, visto que possuem valor econômico em si mesma. Apesar de serem consideradas sociedades anônimas, elas não se submetem ao mesmo regime jurídico daquelas, sendo aplicado apenas em casos subsidiários.

Sujeitam-se ao acatamento de normas da Administração Pública, no tocante a realizações de obras, contratação de serviços, compras, por exemplo, mas também se sujeitam às regras das sociedades anônimas em geral. Deste modo a sociedade de economia mista integra o rol de empresas estatais, mantidas pelo Poder Público, bem como as empresas públicas tratadas inicialmente no presente artigo. Nas palavras de NEGRÃO temos que são

Sociedade anônima de direito privado, mas sujeita aos princípios da Administração Pública e controlada pelo Poder Público, criada por lei para atender aos imperativos da segurança nacional ou relevante interesse coletivo, tendo por objeto atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou prestações de serviços. (NEGRÃO, 2010, p. 403)

O termo “mista” presente na denominação dessas sociedades ocorre devido a estas embora sejam pessoas jurídicas de direito privado, são constituídas por capital privado e público, sendo este último maior, devido ao controle exercido pelo Poder Público. As sociedades de economia mista podem, de maneira excepcional, ter por objeto uma atividade que também seja exercida pela iniciativa privada, praticando um sistema de concorrência, tal como também podem desempenhar atividades essenciais ao Estado conferidas a elas a título de monopólio ou oferecer atividades à coletividade que não foram oferecidas pela iniciativa privada. (BERTOLDI, 2003).

4 INSTITUTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL FRENTE À LEI DE FALÊNCIAS

Conforme é previsto na LRE, um dos objetivos da recuperação judicial é a manutenção da função social da empresa. A função social da empresa guarda reação de forma imbricada com a função social da propriedade que está inserida em nosso ordenamento jurídico na Constituição Federal e no Código Civil.

A função social da propriedade está prevista no artigo 5º, XXII e XXIII, da Constituição Federal de 1988, no qual “é garantido o direito de propriedade, a propriedade atenderá sua função social”, e, ainda, no art. 170, que menciona os princípios gerais da atividade econômica. O artigo 182, § 2º, dispõe sobre a propriedade urbana e o artigo 186 sobre a função social da propriedade rural, também da CF. O Código Civil, em seu art. 2.035, parágrafo único, dispõe ainda que “Nenhuma convenção prevalecerá se contrariar preceitos de ordem pública, tais como os estabelecidos por este Código para assegurar a função social da propriedade e dos contratos”.

Para alguns doutrinadores a Recuperação Judicial de Empresa tem natureza jurídica de prestação que o Estado-juiz há de fazer a quem exerça a pretensão à tutela jurídica, invocando a pretensão à recuperação de empresas. Outros entendem que a recuperação é um negócio de cooperação celebrado entre o devedor e o credor assemelhando um contrato plurilateral, homologado pelo juiz como forma de garantia do cumprimento das obrigações assumidas.

Nesta esteira, a Lei nº 11.101/2005, conhecida como a nova Lei de Falência e de Recuperação de Empresas, após extinguir as concordatas no país, introduziu no ordenamento jurídico nacional a recuperação judicial de empresa. Trata-se de um benefício legal à disposição do empresário individual e da sociedade empresária em crise e que exploram regularmente a atividade econômica há mais de dois anos.

Para Coelho (2013), a recuperação judicial objetiva a superação da crise empresarial, permitindo a continuidade da atividade econômica para evitar a falência, tendo por finalidade, nos termos do art. 47 da Lei nº 11.101/2005, a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e do interesse dos credores no intuito de promover a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

O processo de recuperação judicial é promovido por iniciativa do próprio empresário em crise, que apresenta perante o Poder Judiciário o pedido do benefício. Verificando o atendimento a todos os requisitos legais, o juiz defere o processamento da recuperação judicial, abrindo-se prazo para os credores realizarem as habilitações de crédito perante o administrador judicial e para o devedor apresentar o plano de recuperação judicial.

Segundo Coelho(2013), para obter a recuperação judicial em juízo é necessário que o devedor obedeça alguns pressupostos, como dispõe o art. 48, ele deve estar exercendo atividade empresarial regular há mais de dois anos, não ser falido e, se foi, estejam declaradas extintas, por sentenças transitadas em julgado, as responsabilidades daí decorrentes, não ter, a menos de cinco anos, obtido concessão de recuperação judicial, não ter, há menos de oito anos, obtido concessão de recuperação com base no plano especial de que trata a seção V do Capítulo III da mencionada lei, que trata do plano de recuperação judicial para micro empresas e empresas de pequeno porte, não ter sido condenado ou não ter, como administrador ou sócio controlador, pessoa condenada por qualquer dos crimes previstos na LF.

Na ação de recuperação judicial existe o que chamamos de efeitos da recuperação judicial, oriundos em um primeiro momento da decisão que deferiu o processamento da recuperação e posteriormente decorrente da decisão que concede a recuperação judicial. A

LRE já discrimina alguns destes efeitos em seus artigos, já outros efeitos são provenientes da aplicação da lei ao caso concreto, entre eles estão a suspensão das ações e execuções em desfavor da empresa devedora, a dispensa de certidões negativas, as execuções fiscais e apresentação de certidão negativa tributária, a novação e a extensão dos efeitos da recuperação aos sócios entre outros efeitos.

Pode ocorrer também o que chamamos de convalidação da recuperação judicial em falência. Os artigos 73 e 74 dispõem acerca da possibilidade de convalidação, podendo o magistrado convalidar o plano de recuperação quando o plano se mostrar inviável. Dessa forma, o juiz irá decretar falência no processo de recuperação judicial quando: ocorrer a deliberação da assembleia-geral de credores, que tem atribuição de deliberar sobre aprovação, rejeição ou modificação do plano de recuperação judicial apresentado pelo devedor, nas formas do artigo 42 e parágrafo 4º da LRE, pela não apresentação, pelo devedor, do plano de recuperação no prazo de 60 dias do despacho que deferiu o processamento do pedido de recuperação e ainda pela falta dos documentos essenciais descritos no artigo 53, os quais devem estar anexados ao plano, ou quando após a concessão da recuperação o devedor descumprir qualquer obrigação assumida no plano de recuperação, ou ainda, por decisão judicial que, por qualquer outro motivo, julgue improcedente o pedido de recuperação.

No entendimento de Coelho (2013) a convalidação em falência ou a decisão que indeferir o pedido de falência é sujeita ao recurso de agravo de instrumento. Dessa forma, pode se concluir que a convalidação em falência acontece pelo não cumprimento do plano de recuperação em falência.

Com relação a celeridade processual que a nova lei de falência deu para os processos falimentares, devemos considerar que houve um grande avanço, impulsionado pelo STF no sentido de evitar prolongamentos demasiados no processo. Uma das mudanças percebidas para a celeridade processual foi o aumento do prazo para o devedor fazer a sua defesa de vinte e quatro horas para dez dias (COELHO, 2013).

5 ASPECTOS DA APLICAÇÃO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL ÀS EMPRESAS PÚBLICAS E DE ECONOMIA MISTA

O art. 2º, inciso I, da Lei nº 11.101/05, exclui as empresas públicas e sociedades de economia mista do regime falimentar. VERÇOSA (2005), alega que esse artigo é inconstitucional e que o instituto de falência é aplicável às empresas públicas baseado na natureza jurídica de tal ente, como se tratará adiante.

Como sabemos a falência é um processo de execução coletiva contra o devedor empresário ou sociedade empresária insolventes é vista sob o aspecto econômico e jurídico, tem como objetivo dar garantia aos credores a possibilidade jurídica de que o devedor possa de algum modo saldar o passivo que no momento se mostra maior que o ativo.

A lei de falências e recuperação de empresas tem como objetivo maior preservar a empresa para que esta cumpra sua função social, que consistem em movimentar a economia, gerando lucros, empregos, interações econômicas que influenciam diretamente no desenvolvimento do País. O presente artigo tratará acerca das empresas públicas e de economia mista, que são consideradas como meios de atuação estatal na qual o poder público exerce atividades econômicas sem integrar o regime de direito público ressalta-se que segundo o art. 2º, I da Lei 11.101/2005 estas empresas são excluídas da aplicação desta lei, não sendo passíveis de submissão à falência.

Para obter a recuperação judicial em juízo é necessário que o devedor obedeça alguns pressupostos, como dispõe o art. 48, ele deve estar exercendo atividade empresarial regular há mais de dois anos, não ser falido e, se foi, estejam declaradas extintas, por sentenças transitadas em julgado, as responsabilidades daí decorrentes, não ter, a menos de cinco anos, obtido concessão de recuperação judicial, não ter, há menos de oito anos, obtido concessão de recuperação com base no plano especial de que trata a seção V do Capítulo III da mencionada lei, que trata do plano de recuperação judicial para micro empresas e empresas de pequeno porte, não ter sido condenado ou não ter, como administrador ou sócio controlador, pessoa condenada por qualquer dos crimes previstos na LF.

5.1 A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DO ART. 2º, INCISO I, DA LEI Nº 11.101/05

A Constituição Federal expressa em seu artigo 173, § 1º, II que as empresas públicas e sociedades de economia mista serão sujeitadas “ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, trabalhistas e tributários”. Esclarecendo que a lei de falências apresenta um tratamento contrário ao que foi estabelecido pela Carta Magna no tocante a estas empresas.

Observando a função social da empresa, como já exposto no presente, tem-se a possibilidade de recuperação judicial ou extrajudicial destas, permitindo que não interrompam suas atividades econômicas. Deste modo questiona-se a não aplicação destes recursos às empresas públicas e de economia mista, ressaltando a contrariedade frente à Constituição Federal, ao separar estas empresas do tratamento dado as empresas privadas

violando claramente o princípio da isonomia, gerando inconstitucionalidade do artigo 2º, I da Lei de Falências.

Nessa esteira tem-se que as empresas públicas também exercem atividades empresárias, porém protegidas pela lei de falências não sendo submetidas ao regime falimentar em decorrência do disposto no art. 2, da Lei 11.101/05 e pela supremacia constitucional. Ocorre que alguns autores que a simples interpretação do texto da lei encerra a discussão sobre o tema, porém outros entendem que o mencionado artigo é inconstitucional e que as empresas públicas poderiam ser submetidas ao regime falimentar.

O artigo 1º do Decreto-lei 900, diz que empresa pública é a entidade dotada de personalidade jurídica de Direito Privado, com patrimônio próprio e capital exclusivo da União, criada por lei para a exploração de atividade econômica que o Governo seja levado a exercer por força de contingência ou de conveniência administrativa, podendo revestir-se de qualquer das formas administrativas em Direito. No entanto, no artigo 5º do mesmo Decreto-lei, estatui-se que desde que a maioria o capital votante permaneça de propriedade da União, será admitida, no capital da empresa pública, a participação de outras pessoas jurídicas de Direito Público interno, bem com o de entidades da Administração indireta da União, dos Estados, Distrito Federal e Município.

Segundo Justen Filho (2013), a empresa pública é uma pessoa jurídica de direito privado, dotada de forma societária, cujo capital é de titularidade de uma ou mais pessoas de direito público e cujo objeto social é a exploração de atividade econômica ou a prestação de serviço público ou de serviços de apoio ao próprio Estado.

Para Autor o art. 173, da CF, permite a exploração direta de atividade econômica pelo Estado, restando ao legislador ordinário a definição quanto ao significado e à correta aplicação dos termos segurança nacional e relevante interesse coletivo. E se o Poder Público opta por se valer da organização em forma societária para o exercício de atividade puramente econômica, em regime de franca concorrência com as companhias privadas, teria ele que se submeter às mesmas regras a elas aplicáveis.

Conclui-se então que é necessária uma verificação do tipo de atividade desenvolvida pela empresa estatal, considerando que o texto constitucional aduz que o objeto das sociedades de economia mista e das empresas públicas pode abranger, além da exploração de atividade econômica em sentido estrito (art. 173), a prestação de serviços públicos (art. 175).

Por oportuno, verifica-se que o legislador não estabeleceu diferença normativa, entre empresas paraestatais que prestam serviço público e não praticam atividade econômica

para fins constitucionais e as empresas que praticam atividade econômica *stricto sensu*. Todavia, essas que exploram atividade econômica em regime de concorrência com o setor privado não podem imaginar-se inseridas em um regime jurídico diverso de qualquer outra empresa privada. Isso, por si, tornaria viável a falência das sociedades de economia mista e das empresas públicas que explorem atividade econômica, baseado no art. 173, §1º, II da CF.

Dessa forma, Justen Filho (2013) nos orienta que o principal aspecto dessa análise está no fato de que o dispositivo da Lei de Falências juntamente com o artigo 173, § 1º, da Constituição Federal não aceita que as paraestatais explorem atividade eminentemente econômica. Esse último mandamento equiparou sociedades de economia mista e empresas públicas de natureza empresarial às demais empresas privadas, acenando de forma expressa ao direito comercial, dentro do qual, por corolário óbvio, se encontra a Lei de Falências.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro do presente trabalho pretendemos analisar aspectos relevantes acerca das empresas públicas e sociedade de economia mista, salientando que estas empresas possuem função social e objetivam alcançar objetivos que sejam de interesse da coletividade, diferindo-se, portanto, das empresas privadas.

Também foi abordado o fato de que as empresas públicas estão sujeitas ao controle exercido pelo Estado e seus órgãos, ainda que estas possuam personalidade de Direito Privado, estas só podem ser criadas por meio de autorização legislativa, se submetendo às regras do Direito Público, contudo em suas relações entre particulares são regida pelo direito privado.

Outro aspecto relevante abordado foi o de que entendemos que é necessária uma verificação do tipo de atividade desenvolvida pela empresa estatal, considerando que o texto constitucional aduz que o objeto das sociedades de economia mista e das empresas públicas pode abranger, além da exploração de atividade econômica em sentido estrito, a prestação de serviços públicos.

Ao analisar o artigo 2º, inciso I da lei nº 11.101/05, que excluem expressamente as empresas públicas e sociedades de economia mista do regime falimentar, mencionamos a possível inconstitucionalidade deste artigo, pois seguindo a natureza jurídica destas empresas seria possíveis a aplicação do instituto de falências. Também destacamos que algumas destas empresas que exploram atividade econômica em regime de concorrência com o setor privado

não podem imaginar-se inseridas em um regime jurídico diverso de qualquer outra empresa privada.

REFERÊNCIAS

ALEXY, Robert. **Teoria dos Direitos Fundamentais**. Madrid, 2002.

AMARAL, Antônio Carlos Cintra do. **Concessão de Serviço Público**. 2º ed. rev, atual e ampl. São Paulo: Malheiros Editores, 2002.

BERTOLDI, Marcelo M. **Curso de Direito Comercial**, vol. 1 teoria geral do direito comercial, Direito Societário. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Comercial** – 23. ed. Rev., ampl. e atualizada até 31.12.2009 – Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010

Coelho, Fábio Ulhoa. **Comentários à Nova Lei de Falência e de Recuperação de Empresas**. Ed. Saraiva, 2013.

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 7. ed. rev. e atual. Belo Horizonte: Fórum, 2013.

NEGRÃO, Ricardo. **Manual de Direito Comercial e de Empresa**. Vol 1. São Paulo: Saraiva, 2010.

VERÇOSA, Haroldo Malheiros Duclerc. **Direito Falimentar e a Nova Lei de Falências e Recuperação de empresas**. Coordenador Luiz Fernando Valente de Paiva, ed. Quatier Latin, 2005.